

O ACESSO A INFORMAÇÃO FACE À LEI DA TRANSPARÊNCIA E A POSSÍVEL VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PRIVACIDADE E INTIMIDADE.

PIVA, Giselda Cristina, graduanda do curso de Direito do Centro Universitário de Votuporanga – Unifev,

BRITO, Deborah C. Domingues de, professora do Curso de Direito do Centro Universitário de Votuporanga – Unifev.

O presente artigo pretende apontar se há inconstitucionalidade em relação às leis citadas, uma vez que ambas têm pretensão equiparadas, para atingir o mesmo objetivo, a primeira trata da divulgação de informações referente salários dos servidores, a segunda estabelece que todo cidadão tenha acesso a informação sobre como esta sendo gasto o dinheiro público. É importante lembrar que as leis trás um momento histórico para um Estado republicano, onde é imperativo que o publico se sobressai ao individual. O que trás polêmica não é o acesso as informações garantidas pela carta magna traduzido pelo principio da publicidade, mais sim, a invasão da privacidade dos servidores ao terem exposto seus dados pessoais e valores de salários violando assim um principio garantido pela Constituição Federal.

Palavras-chave: violação, privacidade, publicidade, garantias fundamentais, informações, público, transparência.

Referências:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. *Lei de acesso à informação*. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/Acesso/sobre-a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 10 outubro 2014.

BRASIL. *Lei de acesso à informação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/12527.htm>. Acesso em: 10 outubro 2014.

MIGUEL, Marcos. *Lei de acesso à informação*. (ref. 12527/11). Disponível em: <<http://www.professormarcomiguel.blogspot.com>>. Acesso em: 10 outubro 2014.